

# PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



NÚMERO COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO  
DO NASCIMENTO DE ANTÓNIO DOS SANTOS GRAÇA

EDIÇÃO  
DA  
CÂMARA MUNICIPAL

A propaganda da nossa praia foi intensa e bem ordenada, prendendo os corações dos nossos habitués. Não se limitou, apenas, a anunciar as suas belezas, mas, promovendo excursões às principais terras dos seus veraneantes, levou-lhes o nosso reconhecimento pela preferência que nos era dada e com ele as conchas, abraços e «beijinhos» do nosso mar.

Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos, acolheram esse agradecimento dos poveiros com enorme entusiasmo, engalanando as suas artérias e cobrindo de flores o povo que tão dignamente sabia cumprir o seu dever de gratidão. E vieram também até nós retribuir a visita, sendo aqui recebidos como é da tradição hospitaleira desta Póvoa do Mar.

Mas o que culminou essa propaganda, o que gravou em caracteres de bronze na história local o nome do Club Naval, foram as suas grandiosíssimas festas, hoje e sempre recordadas por nós e pelos povos que nos visitavam com rasgados elogios para o nosso mais antigo grémio desportivo.

É que programa anunciado pelo Club Naval era a garantia certa de festa excepcional, brilhante, de cumprimento integral dos seus números. E de toda a parte acudiam forasteiros, excedendo todas as lotações que a nossa terra oferecia, ganhando até — e muito — as terras vizinhas pela falta de alojamento na nossa.

Toda a mocidade poveira trabalhava no Club Naval durante seis meses, pois só assim se tornava possível a execução do programa das festas de verão dentro dos recursos máximos que a Póvoa poderia dar. E para honra de todos os poveiros devemos dizer que mal a gente do Club Naval lhes batia à porta era recebida com alegria, não só mantendo a verba do ano anterior como ainda, por vezes, o entusiasmo o fazia acrescentar por entre louvores à rapaziada.

E todos os anos, ornamentações novas, originais, da nossa mocidade, pois ninguém estranho intervinha nelas — a não ser nas iluminações, também especiais para nós, do sócio benemérito do Club, saudoso e querido amigo Souto, que nenhum rapaz do meu tempo jamais deixará de ter no seu coração.

As Festas Marítimas, patrocinadas pelo grande diário «O Século» que tantas provas de carinho tem dado à nossa terra e que o dinâmico Dr. José Pontes, que nos habituamos a considerar *querido conterrâneo*, idealizou, foram alguma coisa de marcante no norte do país pelo desembarque, recepção e desfile dos nossos marinheiros pelas ruas da vila, que um mar de flores cubriu sem interrupção.

A grandiosa *Marcha Luminosa*, que eu não queria partir sem voltar a ver, era o número máximo das festas. E tão importante, comercialmente falando, que chegava a esgotar as casas que viviam do fornecimento de refeições, por muito que elas se prevenissem.

Mas não foi só neste aspecto que o Club Naval prestou serviços à sua terra. A instrução e benemerência foi dos capítulos mais belos da

sua história de cinquenta anos. Forneceu livros escolares às crianças pobres, deu-lhes *bibes* e tratou da sua higiene.

No Natal e na Páscoa os pobres tinham um bodo. Os velinhos uma refeição na sua sede, servida por gentis senhoras da nossa terra.

Os «Companheiros do Bem» eram seus sócios.

Resta-me felicitar a actual Direcção do Club Naval que procura, com a maior diligência e entusiasmo, reencetar a gloriosa trajectória do nosso grémio desportivo, como o provam os seus esforços na Construção da Piscina e a organização de Regatas e Natação, desporto por onde ele começou.

in O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM  
Ano 51/N.º 36, 18/9/1954

#### ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES. REUNIÃO

A convite dos conhecidos pescadores desta vila srs. João dos Santos Constantino, o *Amarelo*, e António da Silva Nunes, o *Potrico*, reuniram no último domingo, na casa do antigo montepio, pelas 10 horas da manhã, grande número dos nossos pescadores com o fim de fundarem uma associação de Classe, com uma caixa de socorros para doença e inabilidade.

Seriam dez e meia horas quando subiu ao estrado o sr. João Amarelo que propôs para presidir e secretariar aquela reunião os srs. Cândido Landolt, nosso colega da «Propaganda», e António dos Santos Graça, nosso companheiro de redacção.

Tomando posse aqueles nossos amigos dos seus respectivos lugares, o presidente, sr. Landolt, convida o digno representante da autoridade sr. Manuel José Dias de Sousa Júnior, a tomar assento junto à mesa da presidência, principiando por declarar que o fim daquela reunião era única e exclusivamente para se tratar da fundação de uma associação de Classe dos pescadores e que retiraria a palavra a qualquer indivíduo que a pedisse para outro fim. Em seguida faz uso da palavra o nosso companheiro sr. António dos Santos Graça, que começa por dizer que é a segunda vez que fala sobre o mesmo assunto e que se sente feliz por estar entre aqueles de quem é descendente.

Diz que todos os nossos pescadores se devem unir para fundarem a sua associação, pois que será ela incontestavelmente a que lhes ensinará a trilhar o caminho do progresso, criando-lhes escolas e bibliotecas de forma a instruírem-se e conhecerem qual o lugar que lhes pertence representar na actual sociedade. Afirma que eles têm sido enganados por mais que uma vez na sua boa fé, cita alguns exemplos, declara que tudo isso se deve à falta absoluta de instrução da nossa pescaria.

Toma novamente a palavra o nosso colega sr. Cândido Landolt, que diz ser da pescaria que a nossa terra recebe o seu maior desenvolvimento e riqueza, devendo-se-lhe, pois, prestar todo o auxílio e atenção de que é digna pelo seu laboriosíssimo trabalho.

Faz ver ao nosso pescador o quando é de útil para uma classe as associações; discorre sobre o movimento associativo das nações estrangeiras, fazendo a comparação do estacionamento da velha Rússia, onde o operário sem instrução, vive horripantemente oprimido, com o progresso e civilização do povo japonês que tão nobremente nos está ensinando o quanto vale a cultura intelectual dum povo.

Louva a iniciativa dos pescadores e diz que a nova colectividade há-de ter para a instrução da classe marítima, cartas geográficas, Biblioteca com toda a legislação marítima, museu, e tudo quanto possa concorrer para o desenvolvimento intelectual dos seus associados.

Em seguida apresenta a lista dos nomes para a comissão provisória e colaboradora dos Estatutos, que é unânime e delirantemente aprovada pela assembleia, ficando aquela comissão composta dos seguintes cavalleiros:

João dos Santos Constantino, João José Loureiro, Luiz Rodrigues da Silva Nunes, Joaquim José Loureiro, Felix da Costa Marques, Cândido Augusto Landolt e António dos Santos Graça.

Finda a aprovação daquela proposta o presidente convida a inscreverem-se os pescadores presentes que desejem pertencer à nova associação, ficando desde logo inscritos 100 sócios.

Não havendo mais nada a tratar foi pelo presidente encerrada a reunião no meio de entusiásticas vivas à Póvoa, à pescaria, à autoridade administrativa e à nova associação, sendo estes vivas cobertos com calorosas salvas de palmas.

Na segunda-feira última reuniu a comissão organizadora da nova associação dos pescadores, ficando resolvida a forma como há-de ser elaborado o estatuto que deverá ter fundos especiais para socorros médicos e pecuniários, para bibliotecas, museus e escolas.

Oxalá que os esforços da benemérita comissão organizadora sejam coroados do melhor êxito.

in O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM  
Ano 2/N.º 14, 2/3/1905

#### A QUESTÃO DA PESCA

A exploração leviana e censurável feita por alguns jornais, em artigos de fácil retórica, da circunstância de terem vindo alguns navios ingleses pescar nos mares vizinhos da nossa costa, e a forma tumultuária porque

correu a discussão sobre o emprego dos modernos aparelhos de pesca no Congresso Nacional de Pescarias de Viana do Castelo, vão produzindo resultados deploráveis, que se transformaram já numa perigosa questão de ordem pública.

Depois do indigno desacato que sofreram em Viana três dos mais ilustres congressistas seus hóspedes, os pescadores locais apedrejaram, há dias, os seus colegas da Póvoa de Varzim, e agora os pescadores de Leça e Matosinhos assaltaram uma propriedade particular, onde destruíram vários engenhos de pesca e causaram outros danos.

Convém notar que no motim de Leça da Palmeira parece ter tido interferência a mesma personalidade socialista que se manifestou por maneira mais saliente e irritante no congresso de Viana, e que ainda há pouco, referindo-se a este, em carta publicada num jornal do Porto, escrevia a propósito do incidente das chamadas *artes novas*, estas palavras extraordinárias:

«O capital, porém, estava à espreita, agachado na sombra como um ladrão, e preparava-se para levar a água o seu moinho.»

Destes odiosos incitamentos à revolta, que se publicaram, de coração leve, em vez de dizer com lealdade aos pescadores que o mester que exercem há-de passar fatalmente pela mesma transformação, a que tiveram de sujeitar-se todas as outras classes trabalhadoras, do antigo para o moderno regime económico e industrial, é que resulta estarem a esta hora presos, no Porto, seis pescadores, vítimas inconscientes da especulação, porventura também inconsciente, mas sem dúvida mais responsável, dos *meneurs* que exploram a sua ignorância e ingénua credulidade.

O outro incidente de Viana explica-se com a alegação improvada de que os pescadores da Póvoa iam vender, ali, peixe recebido dos vapores ingleses, e, em tal caso, a exaltação promovida ainda pelas mesmas entidades no Congresso de Pescarias e na reunião da Associação Marítima, teria sido o motor da violência.

Mas há um regulamento de pesca (31 de Julho de 1891) que proíbe as embarcações nacionais de receber no mar, por baldeação, pescaria de embarcações estrangeiras, e comina penas contra os contraventores, entre as quais a de lhes ser retirada a matrícula e licença por seis meses, não subsistindo nenhum motivo para que não se cumpram as suas disposições.

Os nossos pescadores queixam-se, como os de todos os países da Europa, de uma diminuição do rendimento da sua indústria, e dirigem as mais violentas recriminações contra os vapores de pesca e os engenhos aperfeiçoados, sobrecarregando-os com todos os pescados de Israel.

Não explicam como é que os vapores e esses engenhos, trabalhando, além da zona litoral, sobre uma grande superfície, podem causar tantos males, mas requerem medidas especiais de rigor contra eles e mesmo a sua proibição. E uma grande parte da imprensa, desconhecendo a complexidade da questão técnica que o assunto envolve, deixa-se arrastar na

corrente inconsciente, fazendo despreocupadamente a propaganda do erro, aplaudindo a rotina, acirrando os protestos injustificados.

A opinião desorienta-se naturalmente, e a consequência é aparecerem representações inoportunas como a da câmara municipal de Sesimbra e tristes episódios de desordem como os de Viana e de Matosinhos.

Deve notar-se, em primeiro lugar, que faltam elementos de avaliação que habilitem a discriminar com certeza a quota de verdade e a quota de exagero que seguramente coexistem nas lamentações dos pescadores, habituados a lastimar-se constantemente, e que, na realidade, recebem mais o aviltamento dos preços como consequência do emprego dos aparelhos de pesca intensiva do que os efeitos destruidores destes. O que se torna evidente é que a produção do peixe fresco tem aumentado, como, aliás, se tornava indispensável para o aprovisionamento do mercado, cuja capacidade consumidora é cada dia maior, tendo crescido e continuando a crescer pela facilidade de transporte oferecida pelos caminhos de ferro.

A própria estatística da Comissão Central de Pescarias, organizada desde 1896, revela indícios indiscutíveis do facto. Extratamos em seguida os números que exprimem o produto geral da pesca marítima nacional nos sete anos a que se referem os volumes publicados:

1896	...	...	...	...	3.551:718\$279
1897	...	...	...	...	3.805:496\$735
1898	...	...	...	...	3.619:628\$402
1899	...	...	...	...	3.911:039\$910
1900	...	...	...	...	3.748:628\$043
1901	...	...	...	...	4.230:230\$710
1902	...	...	...	...	3.980:391\$586

Devemos ainda acentuar que, na opinião dos competentes, a estatística oficial fica muito aquém da realidade, necessitando os seus totais de ser melhorados numa forte proporção.

Mas, ainda que verdadeiramente se manifestasse diminuição da pesca, como querem os pescadores e os seus incosequentes e superficiais defensores, seria perfeito disparate atribuí-la à influência de um factor relativamente pequeno, conquanto constante, quando existem tantas causas naturais de flutuação na produção das águas, desde as diferenças atmosféricas e oceanográficas até às causas de ordem puramente biológica.

De resto, a captura de animais adultos, por mais intensa que seja, não pode destruir as espécies, e, como é sabido, nos grandes fundos em que pescam os vapores a proporção de peixes imaturos é insignificante, e ainda os poucos que se encontram são, sobretudo, já de mais de um ano, conforme o demonstra o seu desenvolvimento. Muito maior mal, sem comparação, fazem os próprios pescadores com o uso dos seus engenhos de arrastar no litoral. Bastará citar, como exemplo, as artes empregadas nas praias de Espinho e da Torreira, que apanham quantidades incalculáveis de pequenas Sardinhas, inúteis para a venda.

As queixas dos pescadores sobre a diminuição do rendimento da sua indústria não merecem, pois, uma confiança absoluta, nem são fáceis de contraprovar, e as suas recriminações acintosas contra os vapores e contra os aparelhos aperfeiçoados carecem de fundamento legítimo, devendo considerar-se como manifestação apenas de uma natural rivalidade de interesse.

...

Como não podemos impedir, — da mesma forma que o não pôde a França, onde a mesma situação despertou alarme parecido, — que os vapores ingleses ou de qualquer outra nacionalidade pesquem com redes de arrasto para além das três milhas que determinam, segundo o uso, o limite da zona das águas territoriais, o sr. ministro da fazenda, decerto impressionado pelos clamores dos pescadores e pela campanha dos jornais, aceitou a sugestão de um parecer dado o ano passado pela Comissão Central de Pescarias, e redigiu a proposta de lei que eleva de 10 reis a 100 reis por quilograma o direito de importação do peixe fresco, sem preparo ou só com o sal indispensável à sua conservação.

Prevaleceu, pois, o pensamento de proteger a indústria rotineira contra a concorrência, vantajosa, aliás, para o consumidor, de resto habituado já de há muito a ser tratado como *quantité negligeeable*. Continuaremos a ter o peixe caro porque o produto dos arrastos dos três vapores aos quais é permitido por muito favor o exercício, embora represente, em relação às espécies mais usadas na alimentação, para cima do dobro do produto total de todas as outras pescas, é bastante inferior ainda às necessidades de abastecimento do mercado. Quando o *Sceptre* descarregou, há quinze dias, 18 toneladas de peixe em Lisboa o consumo absorveu sem dificuldade essa enorme massa de pescaria. A abundância não foi exagerada, mas as Pescadas chegaram até aos pontos altos da cidade, e venderam-se mesmo na Graça por preços razoáveis. O novo imposto, apesar do seu intuito proibitivo, ainda talvez deixe, porém, margem para a competência, por tal forma excessivo é o encarecimento actual de peixe. Viu-se que a cotação do peso do quilograma de Pescada desceu, por ocasião da venda feita pelo *Sceptre*, de 250 para 120 reis, e podemos contar de antemão que, com o auxílio da protecção fiscal, os preços ainda se agravarão mais, se Deus quiser.

Não cremos, porém, que a questão da pesca fique resolvida tão singelamente. A medida proposta pelo sr. ministro da fazenda liquida apenas uma parte dela. A nossa convicção é que o emprego dos engenhos aperfeiçoados se há-de estabelecer contra os pescadores, se estes não se resolverem a adoptá-los, e que a pesca a vapor é uma necessidade económica que o tempo há-de impor irremissivelmente.

No entretanto permitimo-nos lembrar a criação, em pontos adequados, de zonas de experiência, à semelhança das reservas escocesas do Firth of Forth e da baía de St. Andrews, do Moray Firth e do Firth of Clyde, e ainda da francesa de Saint Gilles-sur-Vie, na Vendéa, e da italiana do golfo de Terme Imerose.

Além disso, como na realidade é indispensável e urgente proteger a população animal dos nossos mares, não contra os vapores de pesca, mas contra os danos muito maiores causados pelos aparelhos de arrastar no litoral, parece-nos que também seria oportuna uma lei fixando o tamanho mínimo para a venda das espécies comestíveis, porque a regulamentação apenas da malha das redes é improficua, como sabem todos os técnicos. As estações oficiais dependentes do ministério da marinha, que tem por missão estudar os assuntos de pesca, podem preparar, sem grande dificuldade, os elementos necessários para a organização da respectiva tabela das dimensões que devem determinar-se.

Armando da Silva — A Questão da Pesca

in O ECONOMISTA PORTUGUEZ

Lisboa, 1904

### A PESCA

A questão momentosa que se debate com mais fragor e que assume foros de gravíssima é indubitavelmente, a questão da pesca.

Estamos no princípio da principal colheita da sardinha e a entremetidas de uma ou outra safra é ela tão escassíssima que nos faz esquecer esses «janciros» tão fartos e tão alegres para os nossos pescadores, duma blandícia de vida e entusiasmo.

Noutras eras, nestes meses, por toda a Póvoa havia essa azáfama na vida comercial, nos lares domésticos, na choupana do pescador, que é uma árvore de Natal, que é uma bijouteria de brinquedos.

Tudo eram folguedos, tudo eram risadas francas, porque a sardinha se espalhava na praia branca como jaspe, aos milheiros, porque o dinheiro corria aos montões num delírio avaro, numa corrente de trabalho, cujo capital é bem empregado e donde os lucros são proveitosos.

Agora não pode ser mais triste, mais miseranda, a situação dos pescadores. Na época em que podiam colher fartos lucros e proveitos rendosos, tolhe-os uma paralisia de fome, de crise gravíssima que só vê no mar o único ganha-pão, a última migalha a matar tanta fome!

São as circunstâncias pecuniárias que os conduzem ao extremo da miséria, são as invasões dos vapores d'arrastos que lhes arrancam dos centros piscosos todo o peixe, e serão para o futuro as contínuas inverneiras que os hão-de permanecer em casa a olhar para o mar e para o sobrecenho carregado do céu que ameaça contínuas tempestades e novos horrores de fome e de miséria!

São tantas as calamidades que caem sobre a infeliz classe piscatória que parecem um anátema maldito que pesa sobre esta pobre gente, cujo único crime é não ter força moral para fazer-se valer dos seus direitos

que são sagrados e dos seus interesses que são o seu único património, a única regalia de tantos trabalhadores e de suas famílias.

Fortes na luta, valentes no seu arriscado mister, são cobardes quando a desgraça os fere, quando a fome lhes bate, pesadamente a morte, medonha, horrível. Calculam ser um mal para as suas colheitas o peixe não malhar devido às claridades das águas e às malhas das suas sardinheiras!

E então fica de pé toda essa campanha rigorosa que se sustentou na imprensa, no congresso de Viana onde se optava pelas «artes-novas», que tão mal foram recebidas pela pescaria rotineira e ignorante.

Mas o mal persiste, a crise aumenta e a fome alastra-se impetuosa sem haver um meio para salvar do cataclismo tantos braços e tantas famílias.

Revolta-nos este estado de coisas que nos prejudica intensamente a vida comercial da Póvoa, que fere toda a vila e concelho pois ninguém desconhece que todas as casas se abastecem de centos e milheiros de sardinha, uma fatura para as classes pobres e mesmo para as abastadas.

Se entre a classe piscatória existia alguém que renegasse a adopção das «artes-novas» bem arrependidos devem estar esses renitentes e rotineiros porque a razão aponta-lhes o caminho que devem seguir, acompanhando esse movimento de solidariedade que reinou entre a maioria dos pescadores que se colocaram ao lado dos beneméritos defensores da pescaria e das suas redes, do seu futuro e dos seus caros interesses.

Situação lamentável é essa que precisa de esmolar um pedaço de pão na hora em que o deveriam distribuir!

Salve-se a classe piscatória duma ruína inevitável para se poder salvar a Póvoa!

in O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM

Ano 1/N.º 52, 25/11/1904

### A LIBERDADE DE PESCA

Por um decreto do Governo da República é dada ampla liberdade de pesca pelos círculos americanos em todo o Departamento Marítimo do Norte.

No intuito louvável e altamente patriótico de fazerem florescer na nossa praia a indústria da pesca — a quem devemos a prosperidade da nossa terra — dois ilustres povoenses trabalharam com denodado esforço para conseguirem abolir a proibição na costa do norte dos cercos americanos e ao mesmo tempo a concessão dessa pesca somente para cooperativas de pescadores.

Compreendia-se o desejo desses povoenses: — obstar a que os capitalistas pudessem concorrer a uma indústria, cujos lucros só deveriam

pertencer à classe marítima. Era humano; era, sobretudo, desinteressado e patriótico. As constantes instâncias desses povoenses — Dr. David Alves e António Graça — e só a eles se deve o decreto de 21 de Maio de 1906 que concedeu a cooperativas de pescadores a pesca pelos cercos americanos.

Não será demais lembrar o valor, para nós povoenses, desse decreto, pois justo é que ele se saliente para que mais justiça e mais alto se levante o patriotismo desses nossos conterrâneos. Pelo decreto das cooperativas só a praia da Póvoa poderia estabelecer no mar esses cercos, porque só ela tinha o número suficiente de pescadores para organizar aquelas colectividades.

Veja-se o alcance deste exclusivo para o progresso da nossa terra; atente-se no que poderia vir a ser o nosso mercado de peixe se aquele decreto não tivesse a combatê-lo a rudeza do nosso marítimo, a ignorância da classe piscatória, o entranhado affecto que o poveiro vota à rotina!

E o que mais nos fere o coração, nesta hora de duro desengano para o nosso pescador, é o sabermos que a bolsa amiga desses dois beneméritos esteve, com uma paciência evangélica durante sete anos, à disposição dos obreiros do mar; o sabermos ainda que os barcos e aparelhos jazeram na nossa praia com ódio e rancor daqueles a quem se destinava proteger e amparar; daqueles a quem dava uma garantia como outra não existia em todo o litoral português! O poveiro, de índole bondosa, é, contudo, um desconfiado dos *homens da terra* — como ele chama aos que não moirejam no mar.

Daí, o desprezar sempre o que os bons conterrâneos e seus dedicados defensores por vezes lhe diziam nesta questão de vida ou de morte para eles e para a nossa terra, que à indústria de pesca tem ligados muitos interesses. Todavia o poveiro acreditou sempre nas pataratas que os seus colegas de Matosinhos e Viana lhes contaram, guiando-se por eles e esquecendo que se assim lhes falavam é porque aqueles não podiam obter as mesmas regalias e os mesmos proventos. Soou a hora do castigo. Vai, infelizmente, ter agora o duro e tristíssimo desengano. O nosso pescador há-de reconhecer, em face dos factos consumados, a hipocrisia daqueles que os aconselharam a repudiar as artes-novas.

Um decreto do Governo, que abaixo publicamos, deu ampla liberdade de pesca no norte do país.

Podem-se, pois, formar todas as empresas; qualquer pessoa, pescador ou não, pode estabelecer os cercos americanos.

Concordamos plenamente com o decreto. Já que o nosso pescador não quer trabalhar, harmonizando-se com o progresso, dê lugar aos outros que vêm mais. O poveiro verá agora o procedimento dos seus colegas de Matosinhos e Viana. Apreciará o seu proceder e oxalá que a lição de agora lhe sirva para o futuro, começando a acreditar nos seus conterrâneos patriotas que só pelo seu bem trabalharam, e só por ele aceitaram as mais inconstantes desconsiderações e extraordinários desgostos.

Com mágoa o dizemos, pelo muito affecto que votamos à classe pis-

catória, da qual nos orgulhamos de descender: *Os pescadores perderam um decreto protector que jamais alcançarão, mas que se tornava urgente abolir como tributo ao progresso e satisfação aos homens que desejam ver desaparecer uma rotina que nos tem atrofiado e desgostado imensamente.*

in O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM  
Ano X/N.º 29, 19/6/1913

#### A NOVA INDÚSTRIA DA PESCA

Paradoxal na aparência o título deste artigo, ele exprime uma realidade, e é que a indústria da pesca, entre nós, começa a ser coisa nova.

Desaparecida na quase totalidade a velha indústria, pela aparição dos novos processos de pesca, e estabelecida a guerra dos velhos princípios, rotineiros e mesquinhos, contra todas as inovações na arte de pescar, resultou daí a ruína do pescador poveiro, que morria atado à tradição, sem energia para esboçar um movimento salvador.

É uma dor de alma ver a nossa praia outrora inçada de barcos de garridas cores, hoje despida, com umas pobres catraias aqui e além, e uma meia dúzia de lanchas à mistura.

Dor de alma que mais se exarceba, quando nos Janeiros, que já foram felizes e ricos, vemos agora um branco areal nu, com pontos negros — alguns velhos pescadores a carpirem as saudades da riqueza que o mar lhes deu noutros Janeiros de mais ventura e melhor sorte, quando naquele mesmo areal, entre o vozear da turba alegre, que em massa assistia a um grande mercado, se estendiam os argêntios montes de sardinha.

Mas o do que o pescador não foi capaz, de lutar para viver da sua indústria de pesca, na sua terra natal, fê-lo a iniciativa particular de alguns generosos filhos da Póvoa que, remando contra todas as más vontades do velho mar da rotina, conseguiram impor a necessidade de se usarem os novos aparelhos de pesca, fundando duas parcerias, que são a verdadeira esperança de que a indústria da pesca, nossa primacial fonte de receita noutras épocas, reviverá talvez com inusitado esplendor.

Por altamente interessantes, vamos arquivar neste lugar as receitas da parceria do «Poveiro» e do «Varzinense».

São como se segue:

		«Poveiro» — 1915						
Setembro	7	...	...	...	...	...	11\$11	
»	11	...	...	...	...	...	177\$12	
»	12	...	...	...	...	...	17\$65	
»	19	...	...	...	...	...	17\$00	
»	22	...	...	...	...	...	240\$90	
»	23	...	...	...	...	...	577\$75	

Outubro	2	...	480\$60
»	3	...	36\$14
»	6	...	135\$55
»	8	...	24\$80
»	9	...	524\$60
»	10	...	88\$10
»	13	...	102\$30
»	15	...	105\$70
»	18	...	1.261\$75
»	19	...	956\$68,7
Novembro	6	...	722\$35
»	9	...	457\$85
»	15	...	1.093\$15
»	17	...	677\$40
»	18	...	2.227\$75
»	20	...	1.778\$32
»	24	...	1.030\$05
»	25	...	206\$00
Dezembro	20	...	380\$57
»	20	noite	490\$20
»	21	...	215\$10
1916			
Janeiro	5	...	11\$50
»	6	...	1.766\$07,5
»	8	...	541\$92,5
»	9	...	1.092\$15
»	12	...	185\$13
»	23	...	381\$65
»	29	...	172\$10
»	31	...	574\$20
Total			20.320\$22,7
«Varzinense» — 1916			
Janeiro	5	...	1.033\$84
»	7	...	403\$27
»	10	...	236\$13
»	28	...	147\$05
Total			1.820\$29

Em face destes dados que são bem eloquentes, veja-se que futuro nos não poder ainda esperar no novo desenvolvimento da indústria da pesca.

Só basta que, aceite por todos a feliz experiência, se fundem novas parcerias onde se empregue o pescador da Póvoa, que é hoje o braço direito do maior número das parcerias de Matosinhos.

J. Costa

in O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM  
Ano 13/N.º 5, 20/2/1916, p. 2

#### VAPOR «VARZINENSE»

Como noticiamos no último número, haviam ido no sábado da semana passada a Vigo, a fim de efectuarem a compra de um vapor e redes traineiras para a pesca da sardinha, os srs. A. Santos Graça, José da Mata Júnior, Domingos Pereira Marques e Amadeu Rodrigues Maio.

Mal julgávamos nós que já hoje podíamos dar a notícia de que essa compra foi efectuada, estando o pequeno vapor em breves horas na nossa enseada.

É motivo do mais intenso júbilo para nós, poveiros, vermos propriedade de conterrâneos nossos mais um vaporzinho de pesca, que nos dá a esperança de um futuro melhor para os nossos pescadores, vida nova para o nosso comércio e prosperidade desta Póvoa encantadora que tanto amamos.

Já o dissemos e não é de mais repeti-lo que a classe piscatória daqui tendia a desaparecer.

Não se compara o que é agora com o que era noutros tempos a colónia marítima da Póvoa.

O que diariamente estamos observando é o êxodo de famílias e mais famílias para Matosinhos. Com a organização de novas empresas de pesca na nossa terra essa emigração desaparecerá, aqui ficarão os capitais e todo esse povo que costuma dar lucros fabulosos a terras estranhas não mais se lembrará de abandonar a sua terra natal.

É isso o que é absolutamente necessário.

Hoje, pelas 9 horas, mais ou menos, deve entrar a nossa barra o vapor adquirido pela nova empresa. Se o tempo estiver bom ficará na nossa enseada até começar a faina da pesca, que, cremos, será nos primeiros dias da semana que começa, e se, pelo contrário, o mar estiver agitado será conduzido para Matosinhos.

O vapor *Varzinense*, nome com que a comissão proprietária o regista, mede 19 metros de quilha e tem a velocidade máxima de 10 milhas, o que é um lindo andamento, muito aproximado ao de alguns navios de alto bordo.